Segunda Parte - As vilas e seus territórios: dependências, rivalidades e hierarquias

Capítulo 8 - Hierarquias e níveis de urbanização

Cláudia Damasceno Fonseca

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FONSECA, C.D. Hierarquias e níveis de urbanização. In: *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 373-413. ISBN: 978-85-423-0307-0. <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

HIERARQUIAS E NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO

Já demonstramos que a concessão de títulos urbanos e a atribuição de funções administrativas às povoações mineiras implicavam controvérsias e longas querelas, que envolviam tanto os poderes locais quanto as autoridades metropolitanas. De fato, o número de sedes de circunscrições civis criadas em Minas – vilas, cidades, cabeças de comarcas – e sua distribuição espacial são, em larga medida, o resultado de disputas de poder cujas manifestações territoriais acabaram de ser analisadas.

Isso nos leva a colocar algumas questões: haveria uma correspondência, ainda que parcial, entre a hierarquia política e as “potências” urbanas? Em outras palavras: haveria uma coerência entre os títulos das localidades (vila, cidade), as funções administrativas que elas exerciam e o seu nível de desenvolvimento econômico, demográfico, físico e social? Será que todas as povoações mineiras que receberam estes títulos e funções podem realmente ser consideradas como “urbanas” – como verdadeiras “cidades”, no sentido atual da palavra? De que forma os contemporâneos classificavam e hierarquizavam as povoações? Ao longo deste capítulo, procuraremos, pois, determinar os graus de “urbanidade” ou de “urbanização”¹ das aglomerações da capitania, apresentando, ao mesmo tempo, uma discussão sobre as fontes capazes de fornecer informações sobre esta questão.

Em sua análise sobre os níveis de urbanização das localidades francesas na época moderna (1740-1840), Bernard Lepetit utiliza um método que consiste em cruzar dois sistemas de classificação.

O primeiro é quantitativo e baseia-se nas definições atuais da cidade. Seu instrumento de medida é o índice de urbanização, construído – e continuamente testado – através da mobilização de dados numéricos, demográficos e econômicos, de diferentes épocas e de diversos tipos: recenseamentos, documentos fiscais, orçamentos municipais. Os mapas realizados a partir destes índices mostram a distribuição espacial das *communes*² “urbanas” (definidas a partir de um patamar mínimo de população e riqueza) em períodos específicos, podendo indicar contrastes regionais ou situações de equilíbrio; a comparação destes diferentes mapas revela ora rupturas, ora configurações de longa duração.

O segundo sistema é qualitativo e parte do princípio de que “se a geografia e a história das taxinomias urbanas não correspondem exatamente às da urbanização, elas constituem ao menos bons indicadores”.³ As denominações genéricas utilizadas na França para classificar as concentrações humanas – *ville, bourg, bourgade, village, hameau* – eram definidas segundo determinados critérios que se modificaram ao longo do tempo, pois tais palavras designavam objetos que estavam, eles próprios, em contínua transformação. Assim, em meados do século XVIII, o desaparecimento progressivo das antigas representações culturais da cidade (que, na França, estavam ligadas à presença de muralhas, à história e aos privilégios) fez-se concomitantemente a uma multiplicação de imagens “funcionais” e foi uma consequência da modificação das realidades urbanas.

Segundo o autor, ao se fazer uma análise de longa duração das representações referentes às cidades, “o jogo de oposições, os contrastes no vocabulário, as confrontações entre diferentes princípios de classificação” são tão reveladores quanto os indicadores estatísticos (como as taxas de urbanização), sendo, portanto, úteis para determinar os diferentes níveis e formas da urbanização das povoações de antanho. Seu método consiste, pois, em cruzar os dados quantitativos com os sistemas de denominações. Através desta operação intelectual, passa-se “dos números às palavras, de uma descrição quantitativa do fenômeno urbano a uma análise dos modos de representação da cidade”.⁴

A aplicação deste método ao caso de Minas Gerais apresenta algumas dificuldades, mas ainda assim merece ser tentada. A primeira delas é decorrente da insuficiência dos dados quantitativos disponíveis. Devido às lacunas e à falta de precisão e de

homogeneidade das estatísticas demográficas e fiscais, tivemos que nos contentar em apresentar apenas vistas parciais da rede urbana mineira: uma série de *flashes* que se referem a um número restrito de localidades e a momentos específicos do período em estudo. Como veremos adiante, outras dificuldades de aplicação deste método relacionam-se à natureza das fontes qualitativas disponíveis e às especificidades do léxico urbano português.

A DEFINIÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DA CIDADE

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

No tocante ao século XVIII, os dados demográficos sobre Minas Gerais são bastante lacunares. Para a primeira metade do século, não se conhece nenhuma fonte que indique a população total da capitania com um grau mínimo de precisão. Por razões de ordem fiscal, as informações esparsas disponíveis concernem somente ao número de escravos adultos.⁵ O primeiro recenseamento que indica os totais da população livre e escrava da capitania – e que fornece informações sobre sua distribuição por sexo e grupo étnico – data de 1776. Este documento apresenta a vantagem de fornecer dados individualizados por comarcas, permitindo aos historiadores realizar comparações regionais em relação às estruturas populacionais e aos níveis de riqueza.

Tendo em vista nosso objetivo, é de se lamentar a inexistência de dados discriminados por localidade: dispomos somente de números esparsos, que indicam o número de fogos de algumas vilas e arraiais,⁶ ou ainda de listas incompletas – e nem sempre precisas ou confiáveis⁷ – com a população total dos concelhos e, por vezes, o número de habitantes das vilas e arraiais neles inclusos. Até o presente, não foi encontrado nenhum documento que permita comparar o peso demográfico do conjunto das povoações mineiras no século XVIII.

Sabemos que um certo tipo de registro paroquial, o *rol de confessados*, revelou-se bastante útil em estudos de demografia histórica e de história social e econômica. Contudo, devido à dispersão dos arquivos e à ausência de um inventário sistemático, esta série documental está longe de ser completa: os dados conhecidos e publicados concernem a apenas algumas paróquias

dos concelhos de Mariana e de Sabará.⁸ Além disso, é preciso salientar que os dados populacionais por paróquia (seja do século XVIII, seja do XIX) apresentam uma característica que limita sua eficácia para a análise aqui proposta. Com efeito, na maior parte dos casos, o número de habitantes mencionado não corresponde ao da população que nos interessa particularmente – aquela que poderíamos chamar “urbana” ou “aglomerada”. Os territórios paroquiais são, em geral, muito extensos; além da vila ou do arraial onde se situa a igreja matriz, eles podem compreender outros espaços de concentração humana (arraiais, “sítios”), bem como casas rurais e fazendas dispersas. Consequentemente, estes dados são mais úteis para estabelecer comparações regionais do que para avaliar os níveis de urbanização das povoações.

Somente na primeira década do século XIX é que as fontes demográficas tornam-se mais sistemáticas – todo o território da capitania sendo, a partir de então, contemplado –, mais confiáveis e mais detalhadas. Para o período 1808-1820, dispomos de “mapas” de população para quase todos os concelhos da capitania.⁹ Ao invés dos números arredondados que encontramos em boa parte das listas do século precedente, estes documentos apresentam, pelo menos aparentemente, dados mais precisos. Neles encontramos discriminadas a população livre e escrava, distribuída segundo o sexo, o estado civil, a cor e, por vezes, as faixas etárias. Alguns contêm ainda o número anual de nascimentos e mortes.¹⁰

Contudo, a maior parte dessas fontes apresenta o mesmo inconveniente que os censos por freguesia: elas não permitem avaliar o desenvolvimento demográfico de cada uma das aglomerações. De fato, os dados referem-se à população dos concelhos – unidades territoriais ainda mais vastas do que as paróquias, incluindo áreas de *habitat* concentrado (vilas e arraiais), mas também zonas rurais.

Para o fim do período colonial, dispomos de documentos que cobrem a totalidade do território mineiro. Trata-se dos dados recolhidos a partir de 1823 e publicados em 1826 e 1830 por Luiz Maria da Silva Pinto, secretário do governo de Minas Gerais – que, nesta época, não era mais uma capitania colonial, mas uma província do Império do Brasil. Tendo sido encarregado de

estudar o aspecto “corográfico-político” da província e de propor um plano de reforma de suas circunscrições civis e eclesiásticas, o secretário construiu uma série de quadros que informam sobre a demografia e as subordinações territoriais das localidades mineiras no momento da independência da colônia.¹¹ Pode-se considerar tais dados como suficientemente confiáveis, pois o próprio autor indicou seus pontos fracos: a população do arraial do Tijuco, assim como a de alguns “distritos” dos concelhos de Mariana, Campanha e Vila do Príncipe tiveram que ser “presumidas ou adivinhadas”, uma vez que as autoridades locais não haviam enviado as listas solicitadas.¹²

A primeira tabela, organizada em 1826, fornece o número de habitantes e de fogos em cada freguesia e cada concelho, bem como dos diversos distritos de ordenanças (territórios controlados pelos capitães-mores) que os compõem. Contudo, é preciso observar que o distrito de ordenança também não é uma unidade espacial ideal para comparar populações urbanas: embora seu tamanho seja mais restrito que o da paróquia e do concelho, cada distrito também se compõe de zonas rurais.

A segunda tabela, organizada por Luiz Maria da Silva Pinto em 1830 e intitulada “Relação das cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma”,¹³ não fornece o número de habitantes. No entanto, ela é bem mais útil à nossa análise, pois o espaço de referência não é mais o distrito de ordenança: as povoações são contabilizadas de maneira individualizada, com a indicação do número de fogos das vilas e de grande parte dos arraiais incluídos em cada território municipal.

Convém precisar a definição da palavra portuguesa “fogo”. Segundo o dicionário de Raphaël Bluteau, trata-se de um sinônimo de família, ou seja, de lar.¹⁴ Ora, segundo as conclusões do demógrafo Iraci del Nero Costa, podemos considerar que em Minas Gerais o número de fogos ou famílias corresponde ao de casas. Analisando os dados de 1804 de diversas localidades, este autor percebeu que os casos de famílias totalmente independentes (ou seja, sem qualquer laço de parentesco) ocupando uma mesma moradia (uma mesma “unidade física de habitação”) eram em número quase insignificante.¹⁵ É preciso ainda lembrar

que, segundo as descrições contemporâneas, a maior parte das casas urbanas das vilas e dos arraiais da capitania era pequena e térrea – o que, aliás, se manteve em diversas aglomerações que preservaram, em parte, sua fisionomia colonial, como foi o caso de Mariana.

Assim, os dados fornecidos por Silva Pinto permitem, simultaneamente, avaliar a importância demográfica de cada localidade – através do número de fogos (famílias) que ali viviam – e estimar o tamanho da superfície construída destas povoações.

A DEMOGRAFIA DAS VILAS E DOS ARRAIAIS NO FIM DO PERÍODO COLONIAL

Embora os dados sobre o número de fogos em 1830 sejam um pouco tardios em relação ao período que nos interessa, eles podem servir como base de referência para algumas comparações setorializadas. Para tal, não consideraremos a totalidade das cerca de trezentas povoações (vilas e arraiais) da época colonial compiladas por Silva Pinto. Trabalhamos com uma amostragem destas localidades, que escolhemos seguindo um método que nos pareceu bastante evidente. O objetivo aqui é verificar até que ponto o grau de desenvolvimento econômico e demográfico das localidades é coerente com o lugar que ocupavam na hierarquia civil e eclesiástica; portanto, é lógico que a análise se atenha às sedes de concelhos e de comarcas (as vilas, a cidade de Mariana) e aos arraiais que sediavam julgados e freguesias – sem esquecer o arraial do Tijuco, sede da administração diamantina, que somente em 1819 tornou-se sede de paróquia.

A amostragem compõe-se de 64 aglomerações (Tabela 8.1). Ela é dividida em cinco grupos ou categorias, que correspondem a diferentes escalas demográficas e físicas, cada uma reunindo um número variável de localidades (Tabela 8.2).

TABELA 8.1
Número de fogos das localidades classificadas segundo seus
títulos (vilas e cidades em maiúsculas) e suas funções (Continua)

Grupo	Nome, título (ao fim da era colonial)	Função da localidade	Número de fogos por volta de 1830
1	VILA RICA	MG, Ca, Co, P	1.206
	VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI	Ca, Co, P	891
	Tijuco	D, P (1819)	800*
2	VILA DE SABARÁ	Ca, Co, P	617
	VILA DE PARACATU	Ca, Co, P	592
	CIDADE DE MARIANA	Di, Co, P	515
	VILA DO PRÍNCIPE	Ca, Co, P	500**
	VILA DE CAMPANHA	Co, P	398
	Santa Luzia	P	396
	VILA DE PITANGUI	Co, P	365
	VILA DE MINAS NOVAS	Co, P	329
	Inficionado	P	300**
	Lavras do Funil	P	264
3	Santa Bárbara do Mato Dentro	P	255
	Piranga	P	249
	VILA N. DA RAINHA DO CAETÉ	Co, P	242
	Catas Altas do Mato Dentro	P	223
	VILA DE BARBACENA	Co, P	220
	São Romão	J, P	202
	São Miguel do Rio Piracicaba	P	194
	Passagem de Mariana	P	190
	VILA DE S. BENTO TAMANDUÁ	Co, P	180
	Itabira do Campo	P	163
	VILA DE SÃO JOSÉ DEL-REI	Co, P	158
	Brejo do Salgado	J, P	151
	Conceição do Mato Dentro	P	150
	VILA DE QUELUZ	Co, P	144
	Curral del-Rei	P	144
	Congonhas do Sabará	P	144
	Antônio Pereira	P	142
	S. J. do Morro Grande (Cocais)	P	136
	Congonhas do Campo	P	131

Grupo	Nome, título (ao fim da era colonial)	Função da localidade	Número de fogos por volta de 1830
3	VILA S. MARIA DE BAEPENDI	Co, P	130
	Aiuruoca	P	124
	São Caetano	P	120
	Furquim	P	101
	Antônio Dias	P	101
	VILA DE S. CARLOS DO JACUÍ	Co, P	96
	Itaverava	P	93
4	Cachoeira do Campo	P	90
	Raposos	P	88
	Piedade do Paraopeba	P	87
	Piui	P	83
	Prados	P	81
	Barra do Rio das Velhas	P	80
	Sumidouro	P	79
	São Bartolomeu	P	71
	Rio das Pedras	P	67
	Ouro Branco	P	62
	Camargos	P	58
	Cabo Verde	P	58
	Pouso Alto	P	54
	Barra Longa	P	52
5	Itatiaia	P	46
	Carrancas	P	45
	Roça Grande	P	44
	Rio Acima	P	44
	Rio Pomba	P	39
	São Sebastião	P	38
	Casa Branca	P	29
	Bambuí	P	23
	Catas Altas da Noruega	P	10
	Abre Campo	P	4
	Simão Pereira	P	2

Sedes de circunscrições civis: Julgado (J), Concelho (Co), Comarca (Ca), Distrito Diamantino (D), Capitania de Minas Gerais (MG).

Sedes de circunscrições eclesiásticas: Diocese (Di), Paróquia (P).

(*) Número estimado por Auguste de Saint-Hilaire em 1817.

(**) Números estimados por L. M. S. Pinto.

Fonte: Relação das cidades, Villas e Povações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28).

TABELA 8.2
Distribuição das localidades por categoria (importância demográfica)

Categoria	Número de fogos	Número de localidades desta categoria	Porcentagem
1	de 700 a 1.300	3	4,7%
2	de 301 a 699	8	12,5%
3	de 91 a 300	28	43,7%
4	de 51 a 90	14	21,9%
5	de 2 a 50	11	17,2%

Fonte: Relação das cidades, Villas e Povações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28).

Percebe-se, de imediato, que uma parte considerável da rede urbana mineira compunha-se de aglomerações bastante modestas, de categoria 4 ou 5, que contam entre 2 e 90 fogos: considerados em seu conjunto, estes dois grupos correspondem a 38,9% da amostragem. Excetuando-se a Barra do Rio das Velhas, que também é sede de julgado, encontramos nestas categorias apenas arraiais cuja função é exclusivamente de ordem religiosa; ao lado de paróquias antigas, criadas nos primeiros centros mineradores (Rio das Pedras, Rio Acima, Ouro Branco, Itatiaia), aparecem freguesias fundadas nas frentes pioneiras da capitania em meados do século XVIII (Pouso Alto).

Porém, cabe notar que a maior parte das fundações das zonas “extremas” da capitania está classificada no grupo 5: Bambuí (nos sertões do Campo Grande, a oeste), Abre Campo e Rio Pomba (nos sertões do Rio Doce, a leste). Aí encontramos também algumas localidades que perderam a função de sede paroquial naquela mesma época, como Roça Grande e Carrancas – que cederam lugar, respectivamente, a Santa Luzia e a Lavras do Funil.

Tudo indica, aliás, que as autoridades metropolitanas consideravam que povoações como as da categoria 5 (menos de 50 fogos) estavam abaixo do teto mínimo de “urbanidade” e de civilidade. Em 1766, o rei de Portugal instruía o governador Luís Diogo Lobo da Silva sobre as medidas a serem tomadas contra as violências e os “atrozes insultos” cometidos pelos vagabundos e

bandidos que viviam nos sertões desta capitania, “separados da Sociedade Civil e do Comércio Humano”. Estes marginais deveriam ser obrigados a abandonar tais lugares ermos e selvagens, instalando-se em povoações de um certo porte – e de preferência em vilas, onde encontravam-se as autoridades judiciárias:

Sou servido ordenar que todos os homens que nos ditos Sertões se acharem vagabundos, ou em sítios volantes, sejam logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos em Povoações Civis, que pelo menos tenha de cinquenta fogos para cima, com Juiz Ordinário, Vereadores, Procurador do Concelho (...).¹⁶

A categoria 3, que compreende as vilas e os arraiais que possuíam entre 91 e 300 fogos, constitui a faixa mais bem representada, correspondendo a 43,7% do total. Neste grupo encontramos duas sedes de julgado – São Romão e Brejo do Salgado (este último, criado em 1814) – mas também diversas sedes de concelho (Figura 8.1). Além das antigas Vila Nova da Rainha do Caeté e São José, fazem parte desta categoria as três vilas criadas pelo visconde de Barbacena nos anos de 1789-1791 (São Bento do Tamanduá, Queluz e Barbacena), bem como as duas últimas fundações do período colonial, Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí, instituídas em 1814.

Neste grupo também estão diversos arraiais que, durante o século XVIII, solicitaram – sem sucesso – o título de vila: Lavras do Funil, Santa Bárbara, Piranga e Catas Altas do Mato Dentro. Podemos observar que algumas destas aglomerações são muito mais povoadas do que outras que receberam uma promoção urbana – fato que corrobora nossas hipóteses acerca das motivações políticas de tais fundações, notadamente daquelas que foram levadas a cabo pelo visconde de Barbacena.

Com exceção do arraial de Santa Luzia – outra localidade importante que não conseguiu sua autonomia –, todas as povoações do grupo 2 são sedes de concelho. As mais povoadas são as vilas que exerciam também a função de cabeça de comarca – Sabará (Figura 8.2), Paracatu (a partir de 1815) e Vila do Príncipe – bem como Mariana, a única aglomeração de Minas Gerais que ostentou o título de cidade no período colonial.

Apenas três aglomerações pertencem ao grupo 1. Vila Rica, local de residência do governador e sede da comarca do Ouro Preto e de diversos órgãos administrativos, é, de longe, a aglomeração mais populosa de Minas Gerais. Encontramos, na sequência, São João del-Rei, cabeça da comarca de Rio das Mortes (Figura 8.3), seguida de perto pelo arraial do Tijuco, que sem dúvida constitui o exemplo mais flagrante de incoerência entre a importância demográfica e o título outorgado à localidade (Figura 8.4).

Portanto, se é certo que não se deve pôr em dúvida a importância da rede urbana mineira em relação ao restante da América portuguesa (no que diz respeito ao número de povoações), vemos, por outro lado, que ela era composta essencialmente de núcleos bastante modestos em termos demográficos – visto que quase 40% deles tinham menos de 90 fogos no início do século XIX. Além disso, nota-se que mesmo as povoações mais populosas não constituíam grandes aglomerações para os padrões da época – pois, evidentemente, tal constatação não deve ser feita somente a partir das definições modernas da “cidade” e do “urbano” (nas quais o patamar mínimo pode se situar nos 10 mil, 5 mil, ou apenas 2 mil habitantes aglomerados),¹⁷ mas também pela comparação destas localidades com as de outras regiões, no mesmo período.

Procedendo desta maneira, percebe-se que nem mesmo a capital Vila Rica – que alguns historiadores sonharam alçar à posição de “metrópole” das Américas, atribuindo-lhe entre setenta e cem mil habitantes no período do seu apogeu¹⁸ – ocupava verdadeiramente uma posição de destaque no contexto do Novo Mundo ou do império português.¹⁹ Ainda que a sede tenha abrigado, em meados do século XVIII, uma população duas, três, ou mesmo cinco vezes maior que a existente no início do século seguinte – ou seja, mesmo que ela tenha reunido entre 2.500 e 6 mil fogos, ou cerca de 15 a 30 mil habitantes, tratava-se de uma escala comparável à de cidades como Coimbra, Braga e Évora – ou, no máximo, à de aglomerações como o Rio de Janeiro e Salvador (ambas possuindo entre 30 e 40 mil habitantes, na sede, em meados do Setecentos).²⁰ No entanto, a análise dos dados (confiáveis) existentes indica que o mais provável é que a população da vila (ou seja, das duas freguesias de Pilar e Antônio Dias) não tenha ultrapassado os 20 mil habitantes

em todo o Setecentos.²¹ Contrariamente ao que reza uma certa “mitologia mineira”, em termos de concentração demográfica, a capital mineira se situava, portanto, abaixo de cidades como Lima, Puebla ou Havana (que estavam na faixa dos 50 mil habitantes aglomerados no final do século).²²

Notemos também que a classificação dos concelhos se altera quando, ao invés de levar em conta unicamente as sedes, consideramos a população total dos termos (incluindo a população escrava), a partir do recenseamento de 1808 (Tabela 8.3). São João del-Rei e Vila Rica deixam de encabeçar a lista, cedendo lugar a Mariana, Campanha, Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe – vilas que possuíam termos mais extensos e/ou número maior de arraiais sob sua jurisdição. Com efeito, esse quadro sugere outro fato: alguns dos concelhos mais populosos são também aqueles que possuem mais “habitats concentrados”, ou seja, são os concelhos nos quais grande parte dos moradores vivia em povoações, e não dispersos pelas fazendas. Mas isso não quer dizer que a população dessas localidades deva ser considerada necessariamente como as mais “urbanas”, pois a definição de “cidade” e do “urbano” leva em conta também aspectos econômicos, sociais e culturais.

TABELA 8.3
Concelhos: comparação entre o número total de habitantes
(incluindo escravos), o número de arraiais dos termos e o
número de fogos das sedes no início do século XIX (Continua)

CONCELHO	Número de habitantes TERMO (1808)	Número de arraiais TERMO (1808)	Número de fogos SEDE (1830)
VILA DE SABARÁ	76.215	37	617
VILA DE CAMPANHA	55.375	32	398
VILA DO PRÍNCIPE	50.838	28	500**
CIDADE DE MARIANA	50.064	40	515
VILA NOVA DA RAINHA DO CAETÉ	29.424	22	242
VILA DE SÃO JOÃO DEL-REI	25.441	12	891
VILA RICA	22.222	15	1.206
VILA DE SÃO JOSÉ	21.448	18	158
VILA DE QUELUZ	20.298	21	144

(Conclusão)			
CONCELHO	Número de habitantes TERMO (1808)	Número de arraiais TERMO (1808)	Número de fogos SEDE (1830)
VILA DE MINAS NOVAS	19.136	16	329
VILA DE PITANGUI	17.743	12	365
VILA DE BARBACENA	16.237	10	220
VILA DE S. BENTO DO TAMANDUÁ	16.030	12	180
VILA DE PARACATU	12.538	12	592

(**) Número estimado por L. M. S. Pinto (1830).

Fontes: BEGARD. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*; Relação das cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28).

Para os concelhos de Vila Rica, São José e São Bento do Tamanduá, dispomos de dados suplementares: o número de fogos das paróquias “urbanas” (aquelas cujas igrejas matrizes se encontram nas vilas), assim como o número total de fogos dos termos (Tabela 8.4).²³

TABELA 8.4

Concelhos: comparação entre o número total de habitantes (incluindo escravos), o número de fogos dos termos, das freguesias urbanas e das sedes no início do século XIX

CONCELHO	Número de habitantes TERMO (1808)	Número de fogos TERMO (1810-1815)	Número de habitantes por fogo no TERMO	Número de fogos na freguesia da sede (1810-1815)	Número de fogos VILA (1830)
VILA RICA	22.222	3.333	6,66	1.801	1.206
VILA DE SAO JOSÉ	21.448	2.795	7,67	430	158
VILA DE S. B. DO TAMANDUÁ	16.030	2.174	7,37	1.860	180

Fontes: BEGARD. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*; Relação das cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28); Mappa da População da Villa de São Jozé e seu Termo no anno de 1810; Mappa da População do Termo da Villa de São Bento de Tamanduá no anno 1815; Mappa da População do Termo de Villa Rica do anno 1815 (APM, fundo Casa dos Contos, microfilmado – rolo 540, 21114-21115).

Notemos que 54,1% dos fogos do termo de Vila Rica (1.801 em 3.333 fogos) se situam nas duas paróquias da vila (Pilar e Antônio Dias) e 36,2 % (1.206 em 3.333 fogos) correspondem, provavelmente, à parte mais densa da aglomeração (segundo dados de 1830, de L. M. S. Pinto). Em São Bento do Tamanduá, 85,5% dos fogos do concelho situam-se na freguesia de São Bento (1.860 em 2.174 fogos) – que era bem mais vasta e menos “urbana” que as duas de Vila Rica – e somente 8,27% na vila (180 em 2.174 fogos). Em São José, estas porcentagens são de 15,4% (430 em 2.795 fogos) para a freguesia e de 5,6% (158 em 2.795 fogos) para a parte principal da vila. Estes dados, ainda que esparsos, tardios e lacunares, fornecem uma ideia das diferentes ordens de grandeza da concentração demográfica existente nas sedes e no restante dos concelhos durante o Setecentos. Os números das duas primeiras colunas permitem, ainda, calcular a média de habitantes por fogo nos três concelhos. Nota-se que o valor mais baixo é o de Vila Rica (6,67 hab./fogo),²⁴ o que pode, talvez, ser atribuído ao fato de que mais da metade da população concelhia estava na vila, e que, nas áreas urbanas, o número de escravos era mais reduzido que nas áreas rurais.

INDICADORES ECONÔMICOS

As observações feitas anteriormente sobre a insuficiência das fontes demográficas de Minas Gerais também valem para os documentos fiscais e outros indicadores econômicos: os dados esparsos de que dispomos não cobrem todo o período considerado, tampouco a totalidade do espaço da capitania. Além disso, é preciso notar que, dependendo da sua natureza e da sua configuração, algumas fontes permitem comparar o desenvolvimento econômico de localidades que ocupam diferentes posições hierárquicas (vilas, arraiais), ao passo que outras fontes revelam diferenças somente no nível dos concelhos (que incluem diversas localidades).

NÍVEIS DE RIQUEZA: RECEITAS MUNICIPAIS E OUTRAS FONTES FISCAIS

As informações contidas nas contabilidades urbanas podem ser incluídas neste último caso. As “rendas da câmara” compõem-se de diversas taxas anuais, cobradas na vila e nos diversos arraiais e zonas rurais dos termos, e, portanto, os dados dizem respeito aos concelhos em sua totalidade. Dentre as taxas municipais, as mais importantes são: a “renda das aferições”, paga pelos comerciantes pela aferição dos pesos e medidas, e a “renda das cabeças” – também chamada “das meias-patacas”²⁵ –, cobrada por cada cabeça de boi abatida no interior do termo. Em algumas vilas, a receita dos foros – taxa anual paga pelos habitantes pela concessão de terrenos dentro das vilas – também podia atingir somas consideráveis.²⁶

As únicas séries completas (ou seja, que incluem as receitas de todos os concelhos) e datadas de que dispomos dizem respeito aos anos de 1775,²⁷ 1777²⁸ e 1778.²⁹ Afora estas, dispomos apenas de dados esparsos sobre algumas municipalidades e em períodos distintos: Vila de Sabará e Vila Nova da Rainha (1722 e 1723);³⁰ São José e São João del-Rei (1751);³¹ São José (1806).³²

Na tabela seguinte, as localidades estão classificadas em ordem decrescente, segundo o valor das receitas médias dos anos 1775-1778. Novamente em primeiro lugar, temos Vila Rica: apesar da estreiteza de seu termo e da população pouco numerosa quando comparada a de outros concelhos, a capital de Minas Gerais dispunha de receitas consideráveis, certamente devido à polarização de ordem política e administrativa que a vila exercia sobre toda a capitania, bem como à sua vitalidade comercial, salientada por diversos testemunhos coevos. De fato, a tabela demonstra que, ao contrário do que se poderia esperar, as receitas não são sempre proporcionais ao número de habitantes nem ao tamanho dos termos: Vila Rica é duas vezes mais opulenta do que o concelho de Vila do Príncipe, embora a população e o território da capital das Minas sejam bem menores.

TABELA 8.5
Receita anual dos concelhos (em réis)

CONCELHO	Número de habitantes TERMO (1808)	Receita anual				
		1722	1723	1751	1775-1778 (média)	1806
VILA RICA	22.222	-	-	-	5.613.434	-
CID. DE MARIANA (V. Carmo)	50.064	-	-	-	5.053.746	-
VILA DE SABARÁ	76.215	1.872.000	3.067.200	-	3.698.050	-
VILA DE SAO JOÃO DEL-REI	25.441	-	-	2.460.000	2.695.750	-
VILA NOVA DA RAINHA DO CAETÉ	29.424	1.179.000	1.204.200	-	2.385.000	-
VILA DO PRÍNCIPE	50.838	-	-	-	2.367.862	-
VILA DE SÃO JOSÉ	21.448	-	-	2.682.000	2.181.250	1.322.362
PARACATU (julgado)	12.538	-	-	-	850.000	-
VILA DE PITANGUI	17.743	-	-	-	828.675	-
VILA DE MINAS NOVAS	19.136	-	-	-	562.725	-

Fontes: BECARD, *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*; Carta endereçada a Martinho de Mello e Castro, de 13 de janeiro de 1776 (AHU, cx. 109, doc. 6); COELHO, *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 62-82; ROCHA, *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 153; Carta do ouvidor da comarca de Rio das Velhas, de 21 de agosto de 1724 (AHU, cx. 5, doc. 64); "Rendimentos das câmaras da Comarca do Rio das Mortes", CÓDICE Costa Matoso, p. 648; Representação da câmara de São José, junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

Por outro lado, a riqueza de Mariana e de Sabará parece compatível com o tamanho dos termos e seu desenvolvimento demográfico – tanto no que toca ao número total de habitantes, quanto à quantidade de arraiais incluídos em seus limites de jurisdição (conferir Tabela 8.3). Lembremos que, na década de 1770, Paracatu era ainda um simples julgado, que estava subordinado à Vila de Sabará e devia entregar-lhe as receitas produzidas em seu território.³³ Com efeito, a riqueza dos concelhos é, acima de tudo, uma questão de desenvolvimento comercial, e é de se lamentar a inexistência de dados quantitativos para analisar este aspecto.

Nos casos de Sabará, Vila Nova da Rainha do Caeté e Vila de São José, é possível comparar as receitas em diversos períodos (Tabela 8.5). Nota-se, de maneira geral, uma progressão contínua do valor das receitas – exceto em São José, cujo orçamento sofre uma redução de aproximadamente 40% entre 1778 e 1806. Esta queda deve, sem dúvida, ser associada aos desmembramentos de seu território no período 1789-1791 e à consequente perda de arraiais dinâmicos do ponto de vista comercial, como Igreja Nova (Vila de Barbacena), que alcançara sua autonomia nesta época.

Os documentos que se referem à derrama também podem fornecer indicações sobre os diferentes níveis de riqueza das localidades. Como é sabido, esta taxa deveria ser imposta à população de Minas Gerais quando o valor do quinto arrecadado não alcançasse a cota anual de cem arrobas de ouro. A quantia devida por cada habitante era, ao que parece, estabelecida de acordo com seus recursos.

No Arquivo Histórico Ultramarino encontram-se um quadro estatístico e um pequeno mapa (Figura 8.5), de cerca de 1763,³⁴ referentes à cobrança da derrama na comarca de Rio das Velhas. Para cada “vila, freguesia e arraial”, o documento indica o número de contribuintes e o valor dos respectivos cabedais, assim como o montante devido por cada localidade e a soma total a ser entregue aos cofres reais pelas câmaras (encarregadas de realizar a cobrança da derrama dentro dos respectivos termos).³⁵ Como dispomos também do montante das contribuições coletadas em 1765 pela câmara de São José na comarca do Rio das Mortes,³⁶ podemos comparar a vitalidade econômica de alguns concelhos das duas comarcas.

TABELA 8.6

Número de contribuintes e somas (em réis) entregues à Coroa por cada concelho da comarca de Rio das Velhas e por São José (imposição da derrama)

CONCELHO	Derrama 1763-1765		Número de habitantes TERMO (1808)
	Número de contribuintes	Valor da contribuição	
SÃO JOSÉ	-	10.854.000	21.448
SABARÁ	2.428	7.367.700	76.215
VILA N. DA RAINHA DO CAETÉ	1.419	5.900.360	29.424
PARACATU (julgado)	671	4.261.030	12.538
PITANGUI	524	1.228.080	17.743

Fontes: BEGARD. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*; Mappa em que se compreende toda a Comarca do Sabará denominada do R. das Velhas, Villaz, Fregueziaz e Arrayaez da mesma Comarca (...) (AHU, Cartografia manuscrita, n. 1599); Representação da câmara de São José, junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

Nota-se, em primeiro lugar, a espantosa riqueza da população de São José em comparação com a de outros concelhos: este resultado contrasta com a lista de classificação das municipalidades feita a partir das receitas municipais, na qual São José aparecia atrás de Sabará e de Vila Nova da Rainha do Caeté (Figura 8.6). A diferença é ainda mais significativa quando observamos o desnível entre São José e Pitangui, em comparação com sua importância demográfica: se os dados fornecidos pelos oficiais de São José forem verdadeiros, a contribuição fiscal dos habitantes deste termo era quase nove vezes superior à de Pitangui, sendo que, em termos demográficos, os dois concelhos são similares em 1808. Mas não se deve esquecer que nessa época São José já havia perdido arraiais importantes, que foram elevados à condição de vila em 1789-1791 (Barbacena, Queluz, Tamanduá).

A análise das contribuições pagas individualmente por diversas localidades (sedes de paróquia, em sua maioria) do rio das Velhas também nos reserva algumas surpresas (Tabela 8.7). Segundo estes dados, apesar de sua função de sede, a Vila de Sabará não seria, na segunda metade do século XVIII, a localidade mais

rica da comarca: ela fica atrás de Santa Bárbara e é pouco mais avantajada que Santa Luzia, dois arraiais que solicitaram o título de vila nesta mesma época.

TABELA 8.7
Número de contribuintes e somas (em réis) entregues à
Coroa por cada localidade (*vila* ou *arraial*) da
comarca de Rio das Velhas

Vila ou arraial (sedes de paróquias)	Derrama 1763-1765		Número de fogos da localidade (1830)
	Número de contribuintes	Valor da contribuição	
Arraial de Santa Bárbara	157	1.234.750	255
Vila de Sabará	321	990.790	617
Arraial de Santa Luzia	222	836.860	396
Arraial de Curral del-Rei	168	643.120	144
Arraial de Cocais (Morro Grande)	103	573.660	136
Arraial de Roça Grande	156	491.360	44
Arraial de Rio das Pedras	173	466.310	67
Arraial de Raposos	179	452.650	88
Arraial de Congonhas de Sabará	157	432.010	144
Vila Nova da Rainha do Caeté	94	428.770	242
Arraial de Santo Antonio do Rio Acima	136	344.690	44
Arraial de São Miguel do R. Piracicaba	92	237.430	194

Fontes: Relação das cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28); Mappa em que se compreende toda a Comarca do Sabará denominada do R. das Velhas, Villaz, Fregueziaz e Arrayaez da mesma Comarca (...) (AHU, Cartografia manuscrita, n. 1.599).

Também podemos constatar que Vila Nova da Rainha do Caeté se encontra atrás de localidades que, poderíamos supor, estavam decadentes nesta época, como o arraial minerador de Rio das Pedras, ou o antigo arraial de Borba Gato (Roça Grande). Aliás, alguns anos mais tarde, este último perderia seu estatuto de sede paroquial para Santa Luzia. Podemos concluir que, embora pequenos – a julgar pelo número de fogos em 1830 –, estes dois arraiais comandavam freguesias que contavam com homens poderosos entre seus habitantes.

A tabela coloca em evidência o fato de que o valor total das contribuições não dependia apenas do número de contribuintes, mas de sua riqueza. Assim, em Santa Bárbara, o número de contribuintes é equivalente ao de Roça Grande, mas o valor total das contribuições é quase três vezes maior.

SETORES ECONÔMICOS E ESTRUTURA SÓCIO-PROFISSIONAL

Além da questão do nível de riqueza das localidades, uma investigação sobre o fenômeno urbano que leve em conta as definições atuais de cidade deve também se interessar pela importância relativa de setores econômicos e pela estrutura sócio-profissional dos habitantes. Ora, na época moderna, uma “cidade” (no sentido genérico do termo), mesmo pequena, é, em primeiro lugar, uma aglomeração cujo setor agrícola é pouco significativo e que, por outro lado, possui atividades comerciais e artesanais desenvolvidas e/ou mesmo estabelecimentos industriais.³⁷

Com efeito, estudos realizados nas duas últimas décadas demonstraram a existência, a partir do final do século XVIII, de uma “protoindustrialização” em Minas Gerais, apesar da proibição de manufaturas na colônia. Além dos tecidos grosseiros de algodão, fabricados em ateliês domésticos – que, não obstante, chegaram a produzir excedentes, que eram comercializados –, diversos tipos de utensílios em ferro, necessários aos trabalhos nas minas e nas roças, saíam das pequenas fundições de Minas. Tais artigos garantiam uma relativa independência da capitania em relação aos produtos, extremamente caros, que vinham do estrangeiro.³⁸ Os dados disponíveis não permitem, contudo, um estudo dos níveis de desenvolvimento destas atividades em cada localidade ou concelho.

Do mesmo modo, ainda há poucos estudos acerca dos fluxos, da natureza e dos valores das trocas comerciais no interior da capitania. Sabemos que nas Minas Gerais da época colonial coexistiam diferentes tipos de atividades comerciais, bem como circuitos de trocas de dimensões variáveis. Paralelamente às redes controladas pelos grandes homens de negócio – que podiam atingir uma esfera internacional e, no mínimo, interligavam diversas partes da América portuguesa –, outros circuitos compreendiam diferentes zonas da capitania, bem como o comércio inter e intraurbano. Este

último era alimentado por comerciantes de poder econômico variável, dentre os quais uma multidão de pequenos vendedores fixos e ambulantes, livres e escravos.³⁹

O que nos interessa particularmente são as trocas entre aglomerações situadas no interior de um mesmo território municipal (ou seja, as trocas efetuadas entre as zonas rurais, os arraiais e a vila), bem como os circuitos comerciais interligando diferentes concelhos. Ora, pudemos localizar apenas um documento com informações sobre o “comércio de exportação” – ou seja, sobre a natureza e o volume das trocas exteriores. Trata-se de um quadro ao qual já nos referimos, enviado a Lisboa pelos oficiais de São José em 1806. Cabe precisar que os livros dos “Registros” – as barreiras alfandegárias, dispostas em pontos estratégicos, ao longo das estradas e rios da capitania – contêm poucas referências sobre a origem e o destino dos comerciantes e de suas mercadorias.⁴⁰ Apesar destas lacunas, como foi demonstrado no estudo de Cláudia Maria das Graças Chaves, esta documentação permite reconstituir alguns circuitos comerciais existentes nas Minas setecentistas, tais como os que passavam pelos registros de Pitangui e Inhacica.⁴¹

Porém, nem este nem outros estudos existentes permitem uma análise quantitativa individualizada por localidade ou por concelho. Além disso, a maioria dos trabalhos sobre o assunto refere-se ao século XIX e apoia-se nas observações dos viajantes estrangeiros. Nestes relatos não há dados numéricos, mas, por outro lado, eles fornecem listas dos produtos comercializados e uma descrição dos mais importantes fluxos comerciais, indicando as principais praças mercantis da capitania neste período.

Sabe-se, por exemplo, que Vila Rica servia de entreposto para mercadorias provenientes do Reino e de outras capitanias (escravos, vinho, produtos manufaturados, medicamentos, ferramentas), assim como de certos produtos destinados à exportação para o Rio de Janeiro (ouro, pedras preciosas, algodão, couro, queijos, doces). A capital de Minas Gerais – que, como já foi mencionado, era incapaz de garantir sua subsistência somente com os recursos do próprio concelho – era abastecida com produtos vindos, em particular, dos termos de Mariana e São João del-Rei. O arraial do Tijuco recebia víveres (mandioca, toucinho, farinha de milho) produzidos no termo da Vila de Minas Novas. Desta última, bem como do Vale do São Francisco, saíam rebanhos

de bovinos em direção ao sul, mas também carregamentos de salitre, peixe seco, couros e peles de animais.⁴²

Se os dados quantitativos que poderiam fundamentar um estudo do dinamismo comercial dos concelhos são raros ou inexistentes, tampouco dispomos de informações suficientes para analisar os níveis de urbanização das localidades de Minas segundo uma definição sócio-profissional dos habitantes.

Alguns documentos, porém, permitem estimar a vitalidade econômica e a importância das atividades “urbanas” em certo número de localidades. Para o ano de 1729, dispomos de uma lista elaborada para a coleta do “donativo gratuito” – contribuição extraordinária à qual estavam sujeitos todos os proprietários de escravos, os pequenos comerciantes e oficiais mecânicos (artesãos).⁴³ Este documento indica o total de escravos, lojas, vendas e oficinas de cada concelho, podendo, pois, fornecer uma ideia do desenvolvimento dos setores secundário e terciário nos locais recenseados, bem como sugerir os níveis de riqueza, através da comparação do número de escravos.

TABELA 8.8
Número de escravos, lojas, vendas e artesãos de
cada concelho (cobrança do “donativo gratuito”)

CONCELHO	Donativo gratuito em 1729		
	Escravos	Lojas e vendas	Oficiais mecânicos
MARIANA	17.376	282	284
VILA RICA	11.521	114	335
SABARÁ	7.014	131	115
SÃO JOSÉ	5.419	143	75
VILA NOVA DA RAINHA DO CAETÉ	4.791	95	51
SÃO JOÃO DEL-REI	3.448	63	44
VILA DO PRÍNCIPE	1.934	52	38
PITANGUI	845	16	20

Fonte: BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 84-85.

Nesta tabela, os concelhos aparecem em ordem decrescente em relação ao número de escravos. Como se pode notar, para os quatro concelhos que, segundo estes dados, seriam os menos ricos no início do século XVIII (Vila Nova da Rainha do Caeté, São João del-Rei, Vila do Príncipe e Pitangui), a classificação permanece a mesma quando consideramos outras variáveis. Não somente estes quatro territórios reúnem menos escravos, mas seu número de comerciantes e de artesãos também é menor.

Em 1729, a maior concentração de oficiais mecânicos está no termo de Vila Rica, ao passo que o concelho de Mariana reúne o maior número de estabelecimentos comerciais, seguido por Sabará e São José. Além disso, é interessante destacar que a vila e o termo de São José são, neste período, mais ricos, mais bem providos de comércio e contam com um setor secundário mais desenvolvido do que São João del-Rei – vila que, mais tarde, a ultrapassará em todos estes aspectos.

Poucas são as informações detalhadas acerca das atividades econômicas dos moradores das vilas e arraiais de Minas no século XVIII. Há apenas dados esparsos, como um documento sobre Vila Rica no período 1712-1715, que indica que, numa amostragem de 470 habitantes, 139 indivíduos – ou seja, 29,57 % – estavam ligados ao comércio de víveres.⁴⁴

Em seus estudos sobre as categoriais populacionais em Minas, Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero Costa trabalharam com dados de 1804 – relativos a apenas alguns distritos de ordenanças dos termos de Vila Rica e Mariana⁴⁵ –, para a construção de quadros de distribuição dos habitantes segundo as profissões e setores econômicos.⁴⁶ No setor primário, estão os agricultores (roceiros, lavradores, hortelãos); no secundário, os minerais, bem como os oficiais mecânicos (alfaiates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, pintores); no terciário, os comerciantes, os funcionários da administração, os padres, os boticários, os tabeliães, os músicos e artistas, entre outros.

Estas informações podem ser cruzadas com as que foram apresentadas pela câmara de São José em 1806, quando esta tentava provar à Coroa que a vila merecia um juiz de fora. Conforme foi mencionado, os oficiais anexaram à sua carta um quadro com dados numéricos sobre os ofícios exercidos pelos habitantes de cada arraial e distrito do concelho.

TABELA 8.9
Distribuição da população por setor econômico
em algumas localidades de Minas Gerais
no início do século XIX

LOCALIDADE	Setor primário (%)	Setor secundário (%)	Setor terciário (%)
Vila de São José	0	79,2	20,8
Arraial de Passagem (termo de Mariana)	5,2	70,4	24,4
Cidade de Mariana	0,7	68,9	30,4
Arr. de Passatempo (termo de S. José)	33,3	59,6	7,1
Arr. de Lagoa Dourada (termo de S. José)	27,7	55,4	16,9
Arr. de São Caetano (termo de Mariana)	19,1	54,9	26,0
Vila Rica	7,0	53,6	39,4
Arr. Bom Sucesso (termo de S. José)	39,6	52,9	7,5
Arr. de Prados (termo de S. José)	23,0	52,4	24,6

Fontes: COSTA. *Populações mineiras*, p. 216; COSTA; LUNA. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX; Representação da câmara de São José, junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

A primeira observação que esta tabela suscita é a superioridade dos setores secundário e terciário em relação ao primário, comprovando, assim, que as aglomerações citadas eram “urbanas”, conforme as definições atuais. O setor secundário, em especial, apresenta um desenvolvimento notável, sobretudo na Vila de São José, no arraial de Passagem e em Mariana, onde a mineração e as profissões artesanais ocupam aproximadamente 70% da população. Quanto ao setor terciário, não nos surpreende constatar seu maior desenvolvimento em Vila Rica e Mariana, capitais civil e religiosa de Minas Gerais, as quais reuniam um grande número de funcionários e padres, bem como de comerciantes.

As análises que acabamos de apresentar permitem concluir que, durante o período estudado, algumas aglomerações apresentaram uma grande estabilidade, tanto demográfica quanto econômica. Quaisquer que sejam as variáveis utilizadas, Mariana e Sabará estão sempre encabeçando as listas; Vila Rica também está sempre entre as primeiras localidades, exceto no que diz respeito à população total do concelho entre 1808-1816. Pitangui

e Minas Novas também apresentam um percurso bastante estável: ambas as localidades ocupam, geralmente, os últimos lugares das classificações econômicas e demográficas. Outros concelhos – São João del-Rei, Vila Nova da Rainha de Caeté e Vila do Príncipe – revelam-se mais ou menos dinâmicos e prósperos segundo os períodos e os aspectos considerados.

Os dados analisados indicam ainda um desenvolvimento considerável de alguns arraiais. Passagem de Mariana está entre as aglomerações do grupo 3, apresentando um número de fogos superior ao de vilas como Queluz, Baependi e Jacuí. Sem dúvida, graças à riqueza de suas minas, que continuaram produtivas durante o século XIX, neste arraial o setor secundário aparece como mais desenvolvido que o de Mariana e Vila Rica. Também se pode constatar que, na comarca do Rio das Velhas, os arraiais de Santa Luzia e de Santa Bárbara tinham uma população considerável e, em meados do século XVIII, apresentavam um desenvolvimento econômico comparável ou superior ao de suas sedes (Vila de Sabará e Vila Nova da Rainha do Caeté).

Procuraremos, agora, verificar se tais classificações se mantêm quando avaliamos o grau de urbanização das localidades a partir de outros tipos de critérios.

ASPECTOS QUALITATIVOS: OS ATRIBUTOS E AS “PALAVRAS DA CIDADE”

Em seu estudo sobre as aglomerações francesas na época moderna, Bernard Lepetit destaca a necessidade de se atribuir às representações antigas da cidade a mesma importância que conferimos aos critérios atuais de classificação urbana: “As classificações que propomos não são nem melhores nem piores do que as que foram elaboradas pelos contemporâneos; embora baseada em critérios diferentes, trata-se de uma operação de mesma natureza.”⁴⁷

Segundo o autor, ao se levar em conta os critérios de definição da cidade próprios ao Antigo Regime, pode-se lançar novas luzes sobre a “realidade” que se quer apreender, aumentando o “número de dimensões do espaço de projeção”.⁴⁸

Na seção anterior, procuramos identificar as diferentes graduações do “enraizamento do fenômeno urbano”⁴⁹ nas Minas setecentistas, baseando-nos em critérios atuais – demográficos e econômicos – que foram tratados em termos quantitativos. Tentaremos, a seguir, uma análise dos níveis de urbanização focalizada nas denominações e nos parâmetros que foram adotados em épocas coevas para classificar, descrever e comparar os estabelecimentos humanos mineiros.

INDICADORES DE RIQUEZA, DE SOCIABILIDADE E DE CULTURA

No capítulo precedente, a análise de diversas fontes permitiu identificar alguns critérios antigos de apreciação da grandeza e do prestígio das localidades. Vimos que, embora os aspectos demográfico e econômico não estivessem ausentes destas representações, eles não eram preponderantes, pelo menos até o início do século XIX. Outros atributos da cidade tinham, então, um peso equivalente ou mesmo superior: a antiguidade da fundação, os fatos gloriosos do passado, a “capacidade” da população (proporção de brancos), a presença de elites urbanas (nobres, advogados, magistrados, funcionários da Coroa), a salubridade, a fertilidade e as comodidades do sítio, o número e a “nobreza” das casas e das igrejas.

Os resultados das análises econômicas e demográficas feitas anteriormente (tabelas) devem ser comparados a um *ranking* das vilas e arraiais mineiros estabelecido a partir de um ou vários dos atributos citados. Tendo em vista os dados disponíveis, privilegiaremos um dos aspectos presentes nas representações coetâneas: o grau de desenvolvimento social e cultural das povoações, identificado a partir de dados qualitativos e quantitativos referentes às irmandades e à arquitetura urbana.

De fato, no caso de Minas Gerais, não seria conveniente opor sistematicamente os números às palavras. Afinal, se as descrições das vilas e arraiais anteriormente analisadas contêm principalmente informações de ordem qualitativa, elas incluem também dados numéricos; apenas não se trata do mesmo tipo de informação que consideramos, hoje, como pertinentes para avaliar a importância de uma cidade. Além do número de fogos, diversas

representações mencionam o número de confrarias, de igrejas e de capelas das povoações.

É preciso lembrar que os edifícios religiosos construídos pelos primeiros habitantes de uma localidade eram, inicialmente, geridos por uma única irmandade, que reunia todas as categorias da população nascente.⁵⁰ À medida que a população aumentava e se diversificava, outras irmandades eram criadas, as quais empreendiam a construção de capelas e igrejas próprias tão logo suas condições financeiras o permitiam.

O número, o tamanho e a qualidade arquitetônica dos edifícios religiosos dão a medida da riqueza das irmandades, além de sugerir a existência de uma cultura artística relativamente desenvolvida. Como se sabe, a emulação entre as diferentes associações religiosas, bem como as rigorosas normas eclesásticas referentes aos lugares e aos objetos do culto conduziram a um notável desenvolvimento dos ofícios ligados à arte e à arquitetura em Minas Gerais, sobretudo na segunda metade do século XVIII (Figuras 8.7 e 8.8).⁵¹ Também podemos considerar que o grau de sociabilidade das populações é proporcional ao desenvolvimento de tais organismos associativos: a multiplicação de confrarias se traduz pelo aumento do número de celebrações e festas religiosas, das quais tomavam parte não apenas os habitantes das vilas e dos arraiais, mas também a população dos arredores rurais.

Segundo os dados disponíveis, as primeiras irmandades criadas nas aglomerações mineiras foram as do “Santíssimo Sacramento”, das “Almas”, do “Senhor dos Passos” e a de “Nossa Senhora”. Esta última aparece sob diversas invocações, a mais frequente sendo a do Rosário, protetora dos escravos.⁵² Todavia, segundo Caio Boschi, as confrarias mais numerosas durante os primeiros anos de ocupação da zona mineradora foram as do Santíssimo Sacramento, composta pela elite branca local. Como cada arraial só dispunha, inicialmente, de uma única igreja, o autor conclui que: “(...) enquanto os grupos dominantes impunham o culto do Santíssimo no altar-mor, os outros segmentos, também chamados a participar do esforço coletivo para a construção dos templos, se contentavam em homenagear seus protetores nos altares laterais”.⁵³

Além do Santíssimo Sacramento, a existência de associações como a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira de São Francisco constitui outro indicador da importância das elites urbanas locais – ou seja, do número de habitantes brancos e abastados que eram, pelo menos em princípio, os únicos admitidos nestes grupos.

A tabela a seguir contém dados sobre o número de associações religiosas e de igrejas de irmandades existentes nas sedes das principais freguesias do bispado de Mariana, ao final do período colonial.⁵⁴ As vilas e os arraiais estão classificados em ordem decrescente quanto ao número total de confrarias.

TABELA 8.10

Número de fogos, de associações religiosas e de igrejas de irmandade por localidade ao final da era colonial (Diocese de Mariana) (vilas e cidade de Mariana indicadas em maiúsculas)

(Continua)

LOCALIDADE	Fogos 1830	Irmandades/ Número total	Ordens Terceiras, Santíssimo Sacramento	Igrejas e capelas de irmandades
VILA RICA	1.206	29	4	18
MARIANA	515	16	3	8
SÃO JOÃO DEL-REI	891	16	3	6
SÃO JOSÉ	158	12	2	5
Tijuco	800	9	3	6
SABARÁ	617	9	3	6
Santa Bárbara	255	8	1	4
VILA DO PRÍNCIPE	500	7	2	5
Conceição do Mato Dentro	150	7	2	3
Itabira do Campo	163	7	1	2
Catas Altas	223	6	1	2
Congonhas do Campo	131	6	1	2
PITANGUI	365	6	1	2
Prados	81	6	1	1
São Bartolomeu	71	5	-	1
Aiuruoca	124	5	1	0
Furquim	101	5	-	0
BARBACENA	220	4	1	3

LOCALIDADE	Fogos 1830	Irmandades/ Número total	Ordens Terceiras, Santíssimo Sacramento	Igrejas e capelas de irmandades
CAMPANHA DA PRINCESA	398	4	1	2
VILA NOVA DA RAINHA DO CAETÉ	242	4	2	2
Congonhas do Sabará	144	4	1	2
Raposos	88	4	-	2
Antônio Pereira	142	4	-	1
Roça Grande	44	4	1	0
BAEPENDI	130	4	1	0
Sumidouro	79	4	1	0
São Caetano	120	4	-	0
Passagem de Mariana	190	4	-	0
Santa Luzia	396	3	-	2
Rio das Pedras	67	3	1	1
QUELUZ	144	3	1	0
Ouro Branco	62	3	1	0
Casa Branca	29	3	-	0
São Bento do Tamanduá	180	2	-	2
Pouso Alto	54	2	1	1
Curral del-Rei	144	2	1	0
Barra Longa	52	2	1	0
Santa Rita do Ibitipoca	12	2	-	0
São Sebastião	38	1	-	2
Lavras	264	1	1	1
Rio Acima	44	1	-	1
Dores do Pântano	42	1	1	0
Camargos	58	1	-	0
Carrancas	45	1	-	0

Fontes: Relação das cidades, Villas e Povoações da Província de Minas Gerais com declaração do número de fogos de cada uma (1830) (*RAPM*, II, 1897, p. 18-28); BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 214 et seq.; VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825).

Encabeçando a lista, encontramos Vila Rica e Mariana. Note-se, no entanto, que o número de irmandades da capital de Minas é duas vezes maior que o da cidade episcopal. Isto se deve não

somente ao maior tamanho da primeira (dedutível pelo número de fogos), mas também ao fato de que a aglomeração de Vila Rica contém duas paróquias, e, portanto, várias das suas irmandades eram duplicadas: a do Santíssimo Sacramento – associação encarregada de zelar pelas matrizes – e ainda as do Rosário, de São Miguel e Almas. Além disso, em Vila Rica, quase todas as irmandades tinham uma “igreja decentemente paramentada, e algumas são maravilhosas pela sua arquitetura e ornamentos”, conforme notara, por volta de 1780, o militar José Joaquim da Rocha.⁵⁵

Juntamente com São João del-Rei e o rico arraial do Tijuco, Vila Rica e Mariana são as únicas localidades que abrigam as duas ordens terceiras, do Carmo e de São Francisco – associações poderosas e rivais, capazes de reunir fundos para a construção dos mais belos templos. Por ocasião de sua viagem à região diamantina, Saint-Hilaire destacou a profusão e a riqueza das igrejas do Tijuco que, não obstante, só viria a se tornar sede de paróquia em 1819:

Embora constitua a sede do Distrito Diamantino, o lugar foi, por muito tempo, uma sucursal [da paróquia da Vila do Príncipe]; contudo, há ali sete igrejas principais e duas capelas. Todos esses edifícios são pequenos, porém ornados com gosto e muito limpos. Por cima da porta das igrejas há uma tribuna onde ficam os músicos nas missas solenes. Muitas igrejas possuem um pequeno órgão, construído na vila; algumas possuem ainda belos ornamentos, e são ricas em prataria. As mais belas são as de Santo Antônio, São Francisco e do Carmo. Com exceção da primeira (...) todas as outras foram construídas e são mantidas por confrarias.⁵⁶

Nas localidades mais ricas, como o Tijuco, mesmo as irmandades de negros conseguiram erigir belas igrejas:

Os negros da costa da África têm uma igreja, a de Nossa Senhora do Rosário; os negros crioulos e os mulatos também têm seus templos. A dos negros africanos não é a menos bela; eles celebram a festa da sua padroeira com muita solenidade e cada um dos confrades, que são muito numerosos, esforçam-se bastante para reunir seiscentos réis por ano, a fim de oferecê-lo à sua igreja. Vê-se uma virgem negra sobre o altar-mor de Nossa Senhora do Rosário e Santos negros ocupam os altares laterais. São brancos

que administram os bens da igreja do Rosário e, conforme me dizia um homem de espírito, tratam de recuperar por atacado o que os negros lhes roubaram no varejo.⁵⁷

Segundo Saint-Hilaire, a qualidade arquitetural do Tijuco vai de par com a educação e a cultura de seus habitantes – ou, melhor dizendo, de suas elites:

Em toda a província de Minas, encontrei homens de modos suaves, cheios de bondade e hospitalidade; os habitantes de Tijuco não são os menos dotados de tais qualidades e, nas primeiras classes dessa sociedade, elas são enaltecidas por uma educação sem afetação e pelo tom da boa companhia. Encontrei em Tijuco mais instrução do que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um vivo desejo de se instruir (...) os habitantes de Tijuco são em geral excelentes na arte da caligrafia e podem, neste aspecto, rivalizar com os mais hábeis ingleses. Até onde pude julgar, seus músicos não são inferiores aos outros habitantes da província, e uma missa cantada à qual assisti na igreja de Santo Antônio não me pareceu inferior à que ouvi alguns meses antes, na Vila do Príncipe (...).

As casas são cuidadas com esmero; os brancos, em geral, bem vestidos, tanto quanto as mulheres brancas que tive a ocasião de ver.⁵⁸

Em outras localidades, a arquitetura religiosa também apresentava um desenvolvimento notável. Em São José, Vila Nova da Rainha, Vila do Príncipe, Vila de Pitangui, Barbacena e Campanha da Princesa, mas também nos arraiais que não haviam ainda obtido o título de vila – como Santa Luzia, Santa Bárbara e Conceição do Mato Dentro –, pelo menos metade das irmandades possuía um templo próprio.

Conforme notou Sylvio de Vasconcellos, a rivalidade entre os grupos sociais e as confrarias que os representavam era o motor da construção das igrejas. Em certos casos, porém, esta divisão provocava a decadência das matrizes que, inicialmente, beneficiavam dos recursos de todas as classes sociais e associações religiosas ali reunidas.⁵⁹ Tal problema não se verifica nas aglomerações que acabamos de mencionar; a capacidade de construir e manter em bom estado a matriz e diversas outras igrejas constitui, pois, um indicador de sua riqueza.

Por outro lado, em certas povoações, as igrejas matrizes encontravam-se, no início do século XIX, em péssimo estado de conservação. Mas é preciso observar que, frequentemente, tal ruína não era tanto consequência da multiplicação de igrejas de irmandades, mas do abandono da localidade pela elite branca – classe que compunha as irmandades do Santíssimo Sacramento. Foi o caso da freguesia Rio das Pedras, sediada no arraial de mesmo nome, conforme podemos constatar pelo relato da visita pastoral do bispo de Mariana, em 1822:

Esta freguesia é muito pobre e tem muito pouca gente branca; foi muito rica noutros tempos, mas presentemente apenas terá escravos (...). A igreja matriz estava de tal modo arruinada que Sua Excelência Reverendíssima passou solenemente o Santíssimo Sacramento para a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que lhe fica defronte, no princípio da mesma rua, no dia 11 de julho de 1822, e se obrigaram os paroquianos a fazer outra de novo no mesmo ano, no mesmo lugar, aproveitando as madeiras e as talhas da antiga, que era toda dourada, dentro de 4 anos, com a condição de que não a fazendo perderiam o direito de voltar o Santíssimo Sacramento da capela do Rosário (...). Para a construção da nova igreja, ofereceu Sua Excelência Reverendíssima 100\$000 (...) e deixou que se pedissem ao provedor das capelas faculdade para se reduzir a dinheiro a muita prata de cruzeiros e castiçais que haviam, em atenção à muita pobreza do povo (...).⁶⁰

Lembremos que as irmandades do Rosário dos Pretos eram administradas por homens brancos; no caso de Rio das Pedras, ela era suficientemente rica para construir e manter uma capela apta a servir de igreja matriz. Este exemplo sugere uma divisão da população branca do lugar e uma emulação entre a irmandade do Rosário e a do Santíssimo Sacramento, responsável pela manutenção da matriz.

Outras povoações dispunham de um único lugar de culto – a matriz –, no qual os membros de todas as irmandades se reuniam, em torno dos altares laterais. É o caso de antigos centros mineradores, como Furquim, onde cinco irmandades foram fundadas. No início do século XIX, este arraial contava uma centena de fogos, e parece ter conseguido manter sua prosperidade mesmo após o esgotamento de suas minas: “A igreja matriz é toda de pedra e

bem fabricada e moderna, com cinco altares, pintada e dourada, e banquetta de prata no altar-mor. Todos os seus ornamentos são ricos e decentes e as alfaiaas suficientes para o culto.”⁶¹

Totalmente distinto era o caso do arraial de Camargos que, na mesma época, encontrava-se reduzido a menos de sessenta casas (ver tabela), a matriz sendo o único vestígio de sua riqueza passada:

Esta freguesia, sendo das primeiras do termo de Mariana e muito extensa, hoje é das mais pequenas e mais pobres. Compreende oitocentas e três almas e cento e vinte e cinco fogos: o seu rendimento cobrável com a cônica andar por 315\$000.

A igreja tem 5 altares de talha dourada muito antiga, proporcionados à pequena altura do edifício. Ainda se acha com bastante prata e uma grande custódia antiga, porém muito falta de ornamentos, tanto para o comum quanto para os festivos, e de roupa branca corresponde a sua pobreza (...).⁶²

Em Queluz, a matriz não era luxuosa, mas estava bem conservada:

A igreja desta freguesia acha-se em um planço com suas casas de sobrado arruinadas e térreas quase desertas, que fazem a praça da vila. A igreja está no meio de um adro todo cercado e é fabricada de taipa com frontispício, com duas torres e relógio. É espaçosa e tem 5 altares, acha-se forrada e campada, e sem pintura o forro, os altares têm seus retábulos de meia talha pintados e dourados. Tem pia batismal de pedra e vasos dos santos óleos de prata.⁶³

Vemos que a descrição da matriz contrasta com a do seu entorno – uma praça circundada por casas arruinadas e “quase desertas”. Outros testemunhos confirmam o aspecto acanhado desta vila;⁶⁴ no entanto, o concelho de Queluz tinha uma população considerável no início do século XIX (Tabela 8.3). Conclui-se que a população e as riquezas não se concentravam na sede, mas estavam distribuídas nas zonas rurais e pelos vários arraiais do termo – alguns dos quais dispoendo de capelas filiais imponentes e bem ornadas, como a de Nossa Senhora da Glória ou a de Santana, ainda em obras.⁶⁵

Note-se também que, em suas visitas, o bispo de Mariana encontrou várias capelas “decentes” e bem conservadas em regiões de povoamento disperso e com habitantes bastante modestos. Em outras ocasiões, o prelado registrou sua grande decepção ao encontrar edifícios “com a maior indecência” e que não inspiravam qualquer “respeito ou veneração” em paróquias e aplicações habitadas por numerosas almas, dentre as quais ricos fazendeiros. Foi o caso, por exemplo, da capela de Nossa Senhora da Piedade do Patafufu (atual Pará de Minas), na freguesia de Pitangui.⁶⁶ Tais exemplos demonstram que, apesar de serem bons indícios, os dados sobre as irmandades e sobre o número e a qualidade das igrejas não são suficientes para concluir a respeito dos graus de riqueza, de sociabilidade e de união dos habitantes em torno de objetivos religiosos.

AS PALAVRAS E OS LUGARES: O LÉXICO URBANO PORTUGUÊS CONFRONTADO AO TERRENO

As análises apresentadas até agora demonstraram que, no interior das designações “cidade”, “vila” e “arraial”, se encontram povoações que apresentam uma grande variedade em termos de vitalidade demográfica e econômica, de sociabilidade e de “urbanidade”. Este aspecto é acentuado pelo fato de nosso estudo abarcar um período bastante longo, e diversas zonas da capitania – as quais, conforme vimos, desenvolveram-se em diferentes ritmos e conjunturas econômicas.

Assim, não é possível utilizar o léxico português como um indicador da percepção dos contemporâneos acerca do grau de urbanização das localidades. Diferentemente da taxinomia francesa, as designações “cidade”, “vila”, “vila cabeça de comarca”, “arraial freguesia” ou “arraial capela” informam apenas sobre a hierarquia administrativa e política existente entre as unidades da rede urbana – ou seja, sobre as funções civis e religiosas exercidas pelas povoações. Assim, enquanto o uso do termo *ville*, por um locutor francês, pode significar uma qualificação da localidade como “urbana”, dentro do espaço português do Antigo Regime a palavra “vila” remete direta e exclusivamente ao seu estatuto jurídico.⁶⁷ Por mais povoada, rica e comercial que fosse uma povoação, jamais os contemporâneos a ela se refeririam como “vila” se ela não tivesse recebido este título. Da mesma forma,

nenhuma outra designação seria apropriada para uma localidade que, um dia, tivesse recebido “o privilégio de vila”, por mais decadente que se encontrasse então; apenas uma decisão real poderia retirar-lhe o direito de ostentar este título.

É evidente, pois, que o léxico português, em si, não nos informa sobre o nível de urbanização das localidades. Estas palavras são úteis à nossa investigação apenas quando inseridas em descrições e observações que tratam especificamente dos “méritos” das povoações em relação aos seus respectivos títulos – como vemos nos comentários de José Vieira Couto sobre a Vila de Pitangui, em 1800:

A Vila fica sobre a lomba de uma montanha de suave pendor, é grande e merece o título de Vila; porém, seu arranjo é mau. As casas, muitas delas boas e nobres, quase todas foram edificadas segundo os caprichos dos seus donos, sem arruamento e ordem; e ao longe avistam-se como espalhadas aqui e ali pela montanha abaixo.⁶⁸

Lamentavelmente, esse tipo de descrição, feita por um observador que se poderia considerar “neutro” (por não estar diretamente implicado nas questões políticas referentes às promoções urbanas), é bastante raro em nosso *corpus* documental. De fato, afora as argumentações produzidas quando das disputas pelos títulos e funções urbanas, os contemporâneos pouco se pronunciaram a respeito das localidades mineiras.

Neste aspecto, os relatos dos viajantes estrangeiros e, muito especialmente, o de Auguste de Saint-Hilaire apresentam um duplo interesse. Por um lado, trata-se de um dos raros textos da época a descrever as povoações que não possuíam o título de vila – ou seja, os arraiais, que constituíam a categoria mais representada da rede urbana mineira. Por outro, sua obra é útil ao nosso estudo porque o próprio autor se interessou pela origem e significação do léxico urbano português, que é utilizado em suas descrições e observações concomitantemente à terminologia francesa:

A palavra *arraial*, que ainda hoje designa os povoados [*villages*] das minas, não significa nada além de um acampamento; mas os mineiros tinham pressa em aproveitar do que haviam conquistado, e os *arraiais* logo se metamorfosearam em vilas e cidades [*bourgs* e *villes*]. Assim, Mariana, que em 1700, época da descoberta do

seu território, foi no início apenas um local de acampamento, já era uma vila [*ville*] em 1711.⁶⁹

Como as classificações portuguesas indicam apenas a posição ocupada pela aglomeração na hierarquia civil e eclesiástica, a utilização simultânea dos dois léxicos torna as descrições mais eloquentes e úteis aos nossos propósitos. Se é verdade que a significação dos termos franceses varia segundo as épocas e segundo os usos regionais,⁷⁰ também é certo que o conjunto destes qualificativos é claramente hierarquizado – *citê, ville, petite ville, bourg, bourgade, village, hameau* – e pode, pois, servir como uma pista suplementar para a determinação dos níveis de urbanização das povoações de Minas Gerais.

De fato, em quase todas as suas descrições, Saint-Hilaire utiliza os termos franceses *citê, ville, bourg, village, hameau*, que são como “etiquetas” que ele cola a cada arraial, vila ou cidade visitada. Nota-se que ele muitas vezes simplesmente substitui as expressões portuguesas por palavras francesas – “cidade” e “vila” tornam-se *ville*; “arraial” (capela ou freguesia) converte-se em *village*. Em outros casos, ele utiliza os dois léxicos simultaneamente e adiciona algumas variantes das designações francesas: *petite ville, petit village, bourgade*.

Para explicar esta alternância e/ou justaposição de designações, poder-se-ia evocar as regras e os estilos de redação da época, que aconselhavam evitar as repetições de termos. Isto pode ter tido alguma influência – embora, no prefácio, Saint-Hilaire confesse ter se preocupado menos em manter um estilo “correto” do que em “pintar fielmente” o que havia observado.⁷¹

No entanto, levando-se em conta este comentário do autor, outras hipóteses parecem mais prováveis. Sabendo que as expressões francesas – *bourg, bourgade, village, hameau* – designam entidades situadas “nas franjas do mundo urbano, sobretudo em seu limite inferior”,⁷² estas podem ter sido acrescentadas para dar mais clareza ao relato. O uso destes termos “auxiliares” cumpriria, assim, a mesma função evocatória e didática que as diversas comparações que o autor estabelece entre as cidades brasileiras e as europeias, como no caso da Vila de Barbacena, descrita como “uma pequena cidade que pode rivalizar com todas as da França que têm uma população equivalente”.⁷³ Mas se pode pensar também que esta multiplicidade de termos reflete

principalmente as hesitações do viajante, que não sabia ao certo que palavras utilizar para descrever de maneira fiel vilas antigas e decadentes ou, ao contrário, povoações novas e florescentes, mas desprovidas de título.

De fato, se as descrições de viajantes estrangeiros estão repletas de imagens de decadência urbana, estes eruditos também foram testemunhas oculares do nascimento, do desenvolvimento e mesmo da ressurreição de muitas localidades de Minas. O arraial de Formigas (atual Montes Claros) estava em franco desenvolvimento quando Saint-Hilaire o visitou:

Esse povoado [*village*], que hoje (1817) deve contar duzentas casas e mais de oitocentas almas é, certamente, um dos mais bonitos que já vi na Província das Minas; mas só há pouco ganhou alguma importância, com o início da fabricação do salitre na região, fato que, quando de minha viagem, datava de menos de oito anos. A maior parte das casas são construídas em torno de uma praça regular formando um longo quadrado e que, pela sua extensão, seria digna das maiores cidades [*villes*] (...). Vê-se no povoado [*village*] uma estalagem, muitas vendas e algumas lojas nas quais são vendidos tecidos e quinquilharias. Formigas é um dos lugares principais da parte oriental do Sertão, onde existe um importante comércio de animais, de salitre, de couros e peles (...).

Tudo o que foi dito deixa claro que não se pode dar uma imagem exata de Formigas descrevendo esse lugar como um pequenino povoado [*très petit village*] composto por algumas fileiras de choupanas.⁷⁴

Por outro lado, outras localidades do norte de Minas impressionavam por sua pobreza. Segundo Saint-Hilaire – que conhecia bem as conotações coloniais das palavras portuguesas –, Pedra dos Angicos parecia “mais uma *aldeia* de índios do que um povoado [*village*] de homens de nossa raça”.⁷⁵

No início do século XIX, a Vila de Minas Novas suscitou críticas semelhantes da parte dos naturalistas Spix e Martius:

Essa falta de povoamento dá a medida da situação em que se acham a atividade industrial, o comércio e a cultura dos habitantes, a qual se verifica ser bastante inferior à das zonas meridionais de Minas Gerais. As moradas, utensílios domésticos, costumes e necessidades dessa gente mais se assemelham aos

dos sertanejos do que aos dos habitantes cultos de São João del-Rei, Vila Rica e Tijuco.⁷⁶

Não longe dali, o arraial de Pedras de Baixo não provocou melhor impressão em Saint-Hilaire: a localidade era composta apenas “por uma dezena de casas arruinadas, muito afastadas umas das outras”. Havia uma bela igreja, mas ela não fora construída pelos habitantes atuais – “excessivamente pobres e negligentes até mesmo na manutenção de suas miseráveis choupanas”. O edifício havia sido erigido pelos paulistas, há noventa e dois anos, e a presença deste “belo templo” sugeria que, em sua origem, “a povoação de Pedras de Baixo era mais rica e muito mais povoada do que hoje”.⁷⁷

Esta descrição não difere muito das linhas que o francês dedicou à maior parte das localidades da zona mineradora no início do século XIX: “outrora ricas e florescentes”, delas só restava “a imagem do abandono e da decadência”.⁷⁸ Era o caso dos arraiais de Catas Altas e Inficionado, mas também de algumas sedes de concelhos, como Vila Nova da Rainha do Caeté:

A vila de Caeté foi construída às margens de um riacho, na encosta de uma colina; é mais comprida do que larga, suas ruas são espaçosas e foram calçadas, e se a maioria de suas casas são térreas, vê-se, ao menos, que foram bem construídas. Essa vila [*ville*] devia ser bastante agradável em seus tempos de esplendor; porém, teve o mesmo destino que a maioria dos povoados [*bourgades*] que, como ela, devem sua origem à presença do ouro: suas minas esgotaram-se, e ela foi então abandonada pelos habitantes. Observa-se um grande número de casas bonitas, hoje desertas e em ruínas, e sua população atual não passa de trezentas ou quatrocentas almas. Contudo, ainda resta a Caeté um notabilíssimo monumento de sua antiga opulência: sua igreja.⁷⁹

Não obstante, é preciso distinguir o concelho de sua sede. Na época do relato de Saint-Hilaire, dentre os termos mais povoados da capitania estava o de Caeté, que ocupava a quarta posição; quanto ao orçamento municipal, estava entre as cinco receitas mais elevadas de Minas Gerais (cf. Tabelas 8.3 e 8.5). Também era um dos concelhos mais urbanizados – compreendendo aproximadamente vinte povoações, entre elas o riquíssimo arraial de Santa

Bárbara (cf. Tabelas 8.7 e 8.10). Assim, se no início do século XIX a Vila Nova da Rainha do Caeté encontrava-se em tão deplorável estado, era porque a sede do concelho não usufruía o bastante da riqueza produzida em seu território: as populações e os recursos econômicos, ao invés de se concentrarem na vila, estavam dispersos por diversos arraiais e zonas rurais do concelho.

A propósito destas imagens de decadência, o viajante francês faz uma observação interessante, que deve ser levada em conta: a obsolescência rápida das construções de Minas Gerais, causada pela fragilidade dos materiais e dos sistemas construtivos – pau a pique, taipa, adobes – correntemente empregados:

Deve-se reconhecer que esse ar de decadência, que vemos na maior parte dos povoados [*villages*] e das moradias isoladas no interior da província de Minas, também deve ser atribuído ao fato de que as construções, sempre feitas com terra, degradam-se muito facilmente, sobretudo no exterior.⁸⁰

De qualquer forma, tendo em vista outras povoações mais recentes e prósperas, ou mesmo antigos arraiais que não haviam perdido muito do seu brilho, Caeté não merecia o título de vila que ainda conservava. Por outro lado, algumas novas aglomerações pareceram a Saint-Hilaire estar à altura da promoção na hierarquia urbana que acabavam de receber. Era o caso do “florescente lugarejo” (*bameau*) de Brejo do Salgado, situado no vale do São Francisco, que se tornara sede de julgado:

Salgado não é sede de termo, porém ali foram estabelecidos dois juízes ordinários, o que valeu a esse povoado [*bourgade*] a qualificação de julgado, que também foi conferida a outros povoados [*villages*] como São Romão e Barra, os quais gozam do mesmo privilégio que Brejo do Salgado.

É uma sábia medida estabelecer julgados em lugares que são demasiado afastados das vilas [*villes*], e muito pequenos para merecer outro nome além de arraial [*village*], mas onde se pode encontrar homens capazes de exercer as funções de juiz. Contudo, o Brasil foi, até o presente, governado de um modo tão pouco regular e homogêneo que, ao mesmo tempo em que se recusa o título de vila a Salgado, o mesmo título é atribuído, na Província de São Paulo, a uma miserável reunião de vinte e duas casas.⁸¹

Ao descrever o aspecto bem cuidado do arraial do Tijuco, o francês espanta-se com a falta de títulos da localidade:

Não foi dado ao Tijuco outro título que o de arraial; contudo, a população desse arraial [*village*], pois é assim que o designam, eleva-se a quase seis mil almas e o número de suas casas a aproximadamente oitocentas. (...)

As ruas do Tijuco são bem largas, muito limpas, porém mal calçadas; quase todas são inclinadas, o que é uma consequência da forma pela qual o povoado [*village*] foi organizado. As casas, umas construídas com terra e madeira, outras com adobes, são cobertas de telhas, caiadas por fora e, geralmente, bem mantidas. (...)

As águas que se bebem no Tijuco são excelentes; jorram de pequenas nascentes situadas na mesma montanha sobre a qual o arraial [*village*] foi construído. Há fontes em um grande número de casas, além das três públicas, que são desprovidas de ornamentos.⁸²

O botanista teve diversas outras oportunidades de constatar a falta de coerência entre o título das aglomerações e seu nível de desenvolvimento. Durante suas diversas viagens pelo interior do Brasil, observou que tais disparidades não existiam apenas em Minas Gerais. É o que prova esta outra descrição – pouco elogiosa – da cidade costeira de Cabo Frio:

Essa vila não merece atualmente, mais que em 1648, o pomposo título [de cidade] com o qual foi condecorada. Exceção feita a cinco ou seis casas assobradadas, todas as outras são térreas; são cobertas de telhas, mas são baixas, pequenas, com janelas estreitas (...). A igreja paroquial é bem grande, porém irregular, pouco ornamentada, sem forro, combinando bem com a pobreza das casas que a circundam (...). Em geral, pode-se dizer que a miséria reina em Cabo Frio; não há mais do que três ou quatro lojas, e as vendas são não apenas raras, mas mal abastecidas.⁸³

Saint-Hilaire atribuíra uma grande importância às questões ligadas à morfologia urbana, à estética e à comodidade – o sítio, o número e a qualidade das casas, seus alinhamentos, a regularidade do traçado, a pavimentação das ruas, a riqueza das igrejas, a existência de fontes, serviços e equipamentos como estalagens e

hospitais. Estes aspectos ocupam um espaço considerável em suas descrições e parecem ser determinantes no julgamento que o viajante estabelece sobre as vilas e os arraiais de Minas.

Se tais representações acham-se ainda bastante presas a uma antiga visão culturalista, elas também dão testemunho “de uma preocupação urbanística com a organização racional da cidade”, característica do século XVIII.⁸⁴ Veremos, a seguir, que tal preocupação com os elementos materiais e com a *polícia* das aglomerações também aparece em discursos das elites locais, particularmente nas vereanças e regulamentos produzidos pelas câmaras.

**As imagens a seguir correspondem ao
Capítulo 8, originalmente reunidas ao final da
segunda parte desse livro.**

pp. 419-426

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Figura 8.1 – Vista de Barbacena. Dentre as três vilas criadas no período 1789-1791, esta era a mais importante em termos demográficos no início do século XIX, com cerca de 220 fogos. As imagens de Rugendas ilustram bem a imbricação entre o “rural” e o “urbano” em Minas Gerais.

Fonte: reprodução extraída da obra *Expedição Langsdorff ao Brasil*.

Figura 8.2 – Vista da Vila de Sabará, sede da comarca de Rio das Velhas. A povoação se estendia de ambos os lados do rio Sabará e contava aproximadamente 600 fogos na época que Rugendas a representou.

Figura 8.3 – Vista de São João del-Rei. A cabeça de comarca de Rio das Mortes ocupava principalmente a margem esquerda do ribeirão do Lenheiro, estendendo-se sobre as encostas dos morros auríferos.

Figura 8.4 – Vista do arraial do Tijuco no início do século XIX. Nesta época, ele era a terceira aglomeração mais populosa de Minas Gerais, com cerca de 800 fogos.

Figura 8.5 – Mapa das povoações incluídas na comarca do Rio das Velhas (doc. AHU). O documento indica os limites dos concelhos (Sabará, Pitangui, Vila Nova da Rainha do Caeté) e as dimensões da comarca: 96 léguas de leste a oeste, 185 léguas de norte a sul (mapa inserido no quadro estatístico referente ao imposto da derrama).

Figura 8.6 – Vila Nova da Rainha do Caeté no início do século XIX, quando a aglomeração contava aproximadamente 240 fogos (desenho de Rugendas).

Figura 8.7 – Igreja da ordem terceira de São Francisco, em Vila Rica, que reunia a elite local. À esquerda, na parte inferior, as duas torres sineiras da igreja da Irmandade das Mercês, dos negros e mulatos.

Fonte: reprodução extraída de GOODWIN. *Brazil Builds*.

Figura 8.8 – Igreja da irmandade de São José, em Vila Rica. Os edifícios das irmandades mais modestas possuíam, em geral, apenas uma torre sineira.

Fonte: reprodução extraída de GOODWIN. *Brazil Builds*.

As notas a seguir correspondem ao Capítulos 8, originalmente reunidas ao final desse livro.

pp. 649-654

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

- ¹²⁷ AHU, cx. 110, doc. 58.
- ¹²⁸ Petição não datada, cat. 1795, transcrita em: *RAPM*, I, 1896, p. 459-461.
- ¹²⁹ INFORMAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 463).
- ¹³⁰ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 110.
- ¹³¹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ¹³² COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 79.
- ¹³³ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 75.
- ¹³⁴ Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga (CÓDICE Costa Matoso, p. 258).
- ¹³⁵ O relato das visitas pastorais realizadas pelo bispo de Mariana entre os anos de 1821 e 1825 retratam vilas e arraiais, privilegiando a descrição do aspecto exterior e interior das capelas e igrejas. Ver: VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825).
- ¹³⁶ História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, cat. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 291-292).
- ¹³⁷ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 96.
- ¹³⁸ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 103.
- ¹³⁹ AHU, cx. 180, doc. 59.
- ¹⁴⁰ Documento anexo ao pedido da câmara datado de 5 de junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

CAPÍTULO 8

HIERARQUIAS E NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO

- ¹ Como já indicamos na introdução deste livro, consideraremos os termos “urbanidade” e “urbanização” como equivalentes. Para os geógrafos, os dois termos são de fato próximos: a urbanização não é somente o “desenvolvimento e a expansão das populações urbanas”, mas pode significar também “a adoção de modos de vida ou de hábitos de consumo urbanos”; quanto ao termo “urbanidade”, ele quer dizer, em primeiro lugar, o “caráter daquilo que é urbano”. Ver: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*, p. 498-499. Em seu estudo sobre os *départements* franceses, Ozouf-Marignier adotou o primeiro termo (*urbanité*), definido como “caráter urbano de alguma coisa”, pois lhe pareceu mais adequado para a análise da “noção de cidade na sua generalidade” (OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 122). Por outro lado, Lepetit preferiu a expressão “níveis de urbanização” para estabelecer um método de avaliação das diferentes “gradações de enraizamento do fenômeno urbano” nas aglomerações francesas (LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 33).
- ² Circunscrição que pode ser comparada ao município.
- ³ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 22.

- ¹²⁷ AHU, cx. 110, doc. 58.
- ¹²⁸ Petição não datada, ca. 1795, transcrita em: *RAPM*, I, 1896, p. 459-461.
- ¹²⁹ INFORMAÇÃO da câmara de São João del-Rei, 3 de abril de 1798 (*RAPM*, I, 1896, p. 463).
- ¹³⁰ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 110.
- ¹³¹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 105.
- ¹³² COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 79.
- ¹³³ COELHO. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 75.
- ¹³⁴ Informação das antiguidades da freguesia de Guarapiranga (CÓDICE Costa Matoso, p. 258).
- ¹³⁵ O relato das visitas pastorais realizadas pelo bispo de Mariana entre os anos de 1821 e 1825 retratam vilas e arraiais, privilegiando a descrição do aspecto exterior e interior das capelas e igrejas. Ver: VISITAS pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825).
- ¹³⁶ História do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e ereção das suas vilas, ca. 1750 (CÓDICE Costa Matoso, p. 291-292).
- ¹³⁷ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 96.
- ¹³⁸ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 103.
- ¹³⁹ AHU, cx. 180, doc. 59.
- ¹⁴⁰ Documento anexo ao pedido da câmara datado de 5 de junho de 1806 (AHU, cx. 180, doc. 59).

CAPÍTULO 8

HIERARQUIAS E NÍVEIS DE URBANIZAÇÃO

- ¹ Como já indicamos na introdução deste livro, consideraremos os termos “urbanidade” e “urbanização” como equivalentes. Para os geógrafos, os dois termos são de fato próximos: a urbanização não é somente o “desenvolvimento e a expansão das populações urbanas”, mas pode significar também “a adoção de modos de vida ou de hábitos de consumo urbanos”; quanto ao termo “urbanidade”, ele quer dizer, em primeiro lugar, o “caráter daquilo que é urbano”. Ver: BRUNET; FERRAS; THÉRY. *Les mots de la géographie, dictionnaire critique*, p. 498-499. Em seu estudo sobre os *départements* franceses, Ozouf-Marignier adotou o primeiro termo (*urbanité*), definido como “caráter urbano de alguma coisa”, pois lhe pareceu mais adequado para a análise da “noção de cidade na sua generalidade” (OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 122). Por outro lado, Lepetit preferiu a expressão “níveis de urbanização” para estabelecer um método de avaliação das diferentes “gradações de enraizamento do fenômeno urbano” nas aglomerações francesas (LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 33).
- ² Circunscrição que pode ser comparada ao município.
- ³ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 22.

- ⁴ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 52.
- ⁵ De 1735 a 1750, vigorou o sistema de *capitação*: tratando-se de uma taxa cobrada por cabeça de escravo, era necessário realizar recenseamentos regulares desta categoria de habitantes. Para uma descrição mais detalhada das fontes demográficas de Minas Gerais e, em particular, dos recenseamentos da população escrava, consultar, entre outros: BEGARD. *Slavery and the Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*.
- ⁶ Dispomos, por exemplo, de documentos de meados do século XVIII que fornecem o número de fogos de São João del-Rei e de algumas localidades do termo de Mariana. Estas fontes estão citadas em: CÓDICE Costa Matoso, p. 248-291.
- ⁷ Uma lista conservada na Biblioteca do Palácio d'Ajuda, em Lisboa (cód. 54-V-12), apresenta o número de habitantes de 54 localidades de Minas Gerais em 1787, mas não especifica quais as circunscrições que foram contabilizadas. Outro problema diz respeito aos topônimos: há, por exemplo, três localidades designadas apenas por "Santo Antônio", impossíveis de serem identificadas. Além disso, a frequência dos números "redondos" nos leva a duvidar da precisão desta fonte (documento gentilmente cedido por Renato P. Venâncio).
- ⁸ Iraci del Nero Costa utilizou o *rol dos confessados* de Santa Luzia em 1790, comparando-o com os recenseamentos de outras localidades em 1804 (COSTA. *Populações mineiras*). Ângelo Carrara trabalhou com este mesmo tipo de fonte, ao tratar das paróquias de Mariana e Sabará, entre 1780 e 1806; ver: CARRARA. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*.
- ⁹ Não encontramos dados referentes ao concelho de Baependi, criado em 1814.
- ¹⁰ Ver o "Recenseamento da população de alguns Termos da antiga Capitania (depois província de Minas Geraes) verificada em alguns anos, a partir de 1808 até 1821 conforme os respectivos mapas existentes no Archivo Publico Mineiro": APM, fundo Casa dos Contos (mapas de população do início do século XIX), documento microfilmado (planilha 21115, rolo 540, item 5). Exclusivamente para o ano de 1808, ver: APM, Caixas Avulsas, caixa 77, dados publicados em: BEGARD. *Slavery and the Demography and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, p. 230.
- ¹¹ Estes documentos serão publicados em: CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 71-100.
- ¹² CARVALHO. *Comarcas e termos*, p. 97-98.
- ¹³ RAPM, II, 1897, p. 18-28.
- ¹⁴ BLUTEAU. *Vocabulario portuguez e latino...*
- ¹⁵ COSTA. *Populações mineiras*, p. 216.
- ¹⁶ Carta de 22 de julho de 1766, citada em: SOUZA. *Os desclassificados do ouro*, p. 124-125. Conforme salientou a autora, estas disposições não se aplicavam aos roceiros estabelecidos nas frentes pioneiras, nem aos rancheiros, instalados nas "estradas públicas", e tampouco aos que tomavam parte nas bandeiras, "ou

- Tropas, que em Corpo, ou sociedade louvável vão aos Sertões congregados em boa união para neles fazerem novos descobrimentos”.
- ¹⁷ A definição da “cidade” e do “urbano” em termos demográficos depende das épocas e das áreas geográficas consideradas. Ver: AZEVEDO. Vilas e cidades no Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva); POSSOU; LOUPÈS. *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours*.
- ¹⁸ CALÓGERAS. *Formação histórica do Brasil*, p. 62-63; ÁVILA. *Resíduos seiscientistas em Minas*, v. 1, p. 122.
- ¹⁹ Para uma análise das fontes demográficas e do “mito da grandeza” de Vila Rica/Ouro Preto, ver: FONSECA; VENÂNCIO. Vila Rica: prospérité et déclin urbain dans le Minas Gerais (XVIII^e-XX^e siècles).
- ²⁰ FONSECA; VENÂNCIO. Vila Rica: prospérité et déclin urbain dans le Minas Gerais (XVIII^e-XX^e siècles).
- ²¹ FONSECA; VENÂNCIO. Vila Rica: prospérité et déclin urbain dans le Minas Gerais (XVIII^e-XX^e siècles).
- ²² Para o ano de 1793, são conhecidos os seguintes números: México, 113.000 hab.; Puebla, 57.090 hab.; Lima, 53.000 hab.; Havana, 51.000 hab. Ver: MORSE. *The Urban Development of Latin America, 1750-1920*, p. 23-111; FONSECA; VENÂNCIO. Vila Rica: prospérité et déclin urbain dans le Minas Gerais (XVIII^e-XX^e siècles), p. 187.
- ²³ “Mappa da População da Villa de São Jozé e seu Termo no anno de 1810”; “Mappa da População do Termo da Villa de São Bento de Tamanduá no anno 1815”; “Mappa da População do Termo de Villa Rica do anno 1815” (feito pelo capitão-mor Antonio Eulálio da Costa Brandão). APM, fundo Casa dos Contos, microfilmado (rolo 540, 21114-21115). Estes “mapas” contêm também o número de habitantes do termo (discriminados por sexo e por categoria livre/escravo), mas preferimos manter os dados de 1808 utilizados nos precedentes quadros analíticos, visto que as diferenças não eram significativas.
- ²⁴ Retificamos, aqui, as diversas observações errôneas a respeito desta tabela que constam na primeira edição deste estudo.
- ²⁵ A expressão “meia-pataca” designa uma antiga moeda portuguesa, em prata, equivalente a 160 réis ou 8 vinténs.
- ²⁶ Abordaremos o sistema de aforamentos na terceira parte deste livro.
- ²⁷ Documento assinado pelo governador Antônio de Noronha, que acompanha uma carta endereçada a Martinho de Mello e Castro, de 13 de janeiro de 1776 (AHU, cx. 109, doc. 6).
- ²⁸ Estes dados estão em: COELHO. *Instruções para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 62-82.
- ²⁹ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 153.
- ³⁰ Os dados são mencionados na carta do ouvidor da comarca de Rio das Velhas, de 21 de agosto de 1724 (AHU, cx. 5, doc. 64).
- ³¹ Rendimentos das câmaras da Comarca do Rio das Mortes (CÓDICE Costa Matoso, p. 648).

- ³² Informação incluída no quadro estatístico acima citado (AHU, cx. 180, doc. 59).
- ³³ A receita da Vila de Sabará, sede da comarca de Rio das Velhas, é, portanto, ainda maior do que o que está indicado na tabela, pois não contabiliza os 850 mil réis referentes ao julgado.
- ³⁴ Em 1763, a cota de cem arrobas não foi alcançada pela primeira vez. A partir daí, as autoridades da capitania tentaram, por diversas vezes, lançar a derrama. Sabe-se que, em 1765, a câmara de São José enviou à Coroa a soma que lhe cabia (ver nota abaixo); em 1773, o provedor da Fazenda Real obteve as quantias devidas por Vila Rica e Mariana, mas não conseguiu receber do restante da capitania, propondo, então, que o rei de Portugal anulasse a derrama. Ver, a este respeito: BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 78.
- ³⁵ “Mappa em que se compreende toda a Comarca do Sabara denominada do R. das Velhas, Villaz, Fregueziaz e Arrayaez da mesma Comarca com toda sua extensão, e enquanto forao orssados os cabedaes dos seus respectivos habitadores com o numero daz Pessoaz que os possuem, e tão bem a quota que se lançou da derrama de cada Villa, Freguezia e Arrayal” (AHU, Cartografia manuscrita, n. 1599).
- ³⁶ Ao solicitar à Coroa a criação de um lugar de juiz de fora, uma das certidões apresentadas em 1806 pela câmara de São José se refere ao pagamento da derrama, em 1765. Os oficiais afirmam ter pagado 9.045 oitavas de ouro à Fazenda Real, o que equivale a 10.854.000 réis (AHU, cx. 180, doc. 59).
- ³⁷ A propósito dos critérios de definição das cidades e pequenas cidades, ver as comunicações e debates publicados em: POUSSOU; LOUPÈS. *Les petites villes du Moyen Âge à nos jours*.
- ³⁸ LIBBY. Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira nos séculos XVIII e XIX, p. 149-160.
- ³⁹ Diversos autores interessaram-se pelo tema do comércio em Minas, destacando, especialmente, sua importância para o povoamento, o desenvolvimento econômico e as relações políticas e sociais da capitania. ZEMELLA. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*; FIGUEIREDO. *O avesso da memória*; FURTADO. *Homens de negócio*; VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial; CHAVES. *Perfeitos negociantes*.
- ⁴⁰ CHAVES. *Perfeitos negociantes*; VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial.
- ⁴¹ CHAVES. *Perfeitos negociantes*; VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial.
- ⁴² VENÂNCIO. Comércio e fronteira em Minas Gerais colonial.
- ⁴³ Ver o artigo “donativo gratuito” em: BARBOSA. *Dicionário da terra e da gente de Minas*, p. 84-85.
- ⁴⁴ Dado presente em: FURTADO. *Homens de negócio*, p. 296.
- ⁴⁵ COSTA. *Populações mineiras*, p. 216. Estas informações, solicitadas pelo governador e recolhidas pelos capitães-mores dos distritos, tinham finalidades fiscais. Tais listas mencionam a atividade, o número de dependentes, de filhos

- e, eventualmente, de escravos de cada chefe de família. Elas se destinavam a organizar a cobrança de uma taxa proporcional à situação econômica dos contribuintes.
- ⁴⁶ COSTA. *Populações mineiras*, p. 216; COSTA; LUNA. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica no alvorecer do século XIX.
- ⁴⁷ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 21.
- ⁴⁸ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 22.
- ⁴⁹ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 33.
- ⁵⁰ VASCONCELLOS. A arquitetura colonial mineira, p. 67-68.
- ⁵¹ BOSCHI. *O barroco mineiro*, p. 35-38.
- ⁵² Para uma lista das irmandades da diocese de Minas Gerais e suas respectivas datas de fundação, ver: BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 216-226.
- ⁵³ BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 24.
- ⁵⁴ Sobre o número e a invocação das irmandades de cada localidade, ver: BOSCHI. *Os leigos e o poder*, p. 214 *et seq.* Os dados sobre o número de igrejas encontram-se nos relatos das visitas pastorais realizadas pelo bispo de Mariana. Ver: VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825).
- ⁵⁵ ROCHA. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais*, p. 103.
- ⁵⁶ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, p. 41 *et seq.*
- ⁵⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, p. 44.
- ⁵⁸ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, p. 56.
- ⁵⁹ VASCONCELLOS. A arquitetura colonial mineira, p. 68-70.
- ⁶⁰ VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 115.
- ⁶¹ VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 160.
- ⁶² VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 81.
- ⁶³ VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 251.
- ⁶⁴ No início do século XIX, os habitantes de Queluz cuidavam da construção “de novos edifícios, além dos poucos já existentes”, segundo: VASCONCELLOS. Memórias sobre a Capitania de Minas Geraes (*RAPM*, VI, 1901, p. 793).
- ⁶⁵ VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 252.

- ⁶⁶ VISITAS Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825), p. 141.
- ⁶⁷ Quanto ao termo “cidade”, como já mencionamos, tratava-se de um título honorífico concedido às praças-fortes e sedes episcopais, qualquer que fosse o tamanho e importância econômica da localidade que o recebia.
- ⁶⁸ Couto, “Memórias sobre as Minas da Capitania de Minas Gerais” *apud* DINIZ. *Pesquisando a história de Pitangui*, p. 179.
- ⁶⁹ Citação original: “Le nom d'*arraial*, que portent encore aujourd'hui les villages des mines, ne signifie pas autre chose que campement; mais les mineurs étaient pressés de jouir, et les *arraiais* se métamorphosèrent bientôt en bourgs et en villes. Ainsi, Mariana, qui, en 1700, époque de la découverte de son territoire, ne fut d'abord qu'un lieu de campement, était déjà devenu une ville en 1711.” SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. I, p. 316.
- ⁷⁰ LEPETIT. *Les villes dans la France moderne (1740-1840)*, p. 53-55.
- ⁷¹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. I, “Prefácio”.
- ⁷² LAMARRE. La ville des géographes français de l'époque moderne – XVII^e-XVIII^e siècles, p. 25.
- ⁷³ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. I, p. 116.
- ⁷⁴ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. I, p. 354-356. A última observação é uma crítica à descrição de Formigas feita pelo viajante que precedeu Saint-Hilaire, o inglês John Mawe.
- ⁷⁵ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. II, p. 427. Trata-se da atual cidade de São Francisco.
- ⁷⁶ SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*, v. 2, p. 62.
- ⁷⁷ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. II, p. 327.
- ⁷⁸ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. II, p. 189.
- ⁷⁹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. II, p. 132.
- ⁸⁰ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. I, p. 205.
- ⁸¹ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Geraes*, t. II, p. 408-409.
- ⁸² SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. I, p. 40.
- ⁸³ SAINT-HILAIRE. *Voyage dans le District des Diamants et sur le littoral du Brésil*, t. II, p. 37-45.
- ⁸⁴ OZOUF-MARIGNIER. *La formation des départements*, p. 204.